

Blocos racham PMDB e esvaziam seus líderes

Progressistas, moderados e centristas se agrupam, anulando os partidos na Constituinte

As negociações em curso na assembleia Nacional Constituinte não apenas comprovaram a inviabilidade prática da Aliança Democrática como dilaceraram a unidade do PMDB, hoje dividido em pelo menos cinco blocos distintos, tornando fictícias as suas lideranças eleitas no início do ano. Tanto o deputado Luís Henrique, líder na Câmara, quanto o senador Fernando Henrique Cardoso, líder no Senado, não têm nenhum controle sobre suas respectivas bancadas, cujos integrantes votam em função dos compromissos com seu eleitorado e do bloco político-ideológico a que estão vinculados.

Parlamentares do PMDB estão se aliando

REJANE DE OLIVEIRA
Da Editoria de Política

"Se eu não conseguir ser o líder de toda a bancada, pelo menos serei o líder do PMDB fiel ao seu programa". O desabafo, feito por Mário Covas, revela as dificuldades que este paulista, eleito senador com 7,7 milhões de votos e alçado à liderança do maior partido da Constituinte após uma disputa acirrada contra o candidato de Ulysses Guimarães e do Planalto, está encontrando para comandar uma bancada que se assemelha a uma verdadeira salada mista tal a variedade ideológica dos que integram suas fileiras.

Ser líder de qualquer partido na Constituinte, onde as conveniências partidárias cedem diante dos interesses político-ideológicos, já não é tarefa fácil. Agora, quando a legenda em questão detém 305 dos 559 parlamentares, entre políticos da extrema-direita à extrema-esquerda, tendo ainda que conviver com as peculiaridades de ser co-participante do Governo, a liderança torna-se uma batalha diária de afirmação.

Para se ter uma idéia das divergências internas do PMDB, onde os diversos grupos seguem cada qual a sua própria liderança informal, basta dizer que só entre as mais famosas há cinco facções expressivas no partido: o Movimento Unidade Progressista, dissidência de esquerda liderada pelo senador Afonso Camargo; o Centro Democrático, do líder governista Carlos Sant'Anna; o Bloco Moderado, de direita, comandado pelo deputado Roberto Cardoso Alves; o Grupo do Consenso, progressista, dirigido pelo de-



Covas: líder do PMDB fiel ao programa

putado Euclides Scalco; e o Bloco dos 32, conservador, coordenado pelo senador José Richa.

Em meio a todas essas facções, o senador Mário Covas tenta a todo custo exercer a sua liderança oficial sobre a bancada peemedebista. A sua maior preocupação é evitar que o compromisso com as chamadas bandeiras históricas do partido não termine por isolá-lo na esquerda do PMDB.

A estratégia do senador paulista para as próximas votações na Constituinte passa pelas teses definidas na última convenção nacional do PMDB. Além dos pontos polêmicos em torno dos quais a preferência dos convencionais foi afeita, ele revelou que está pincando o programa peeme-

com representantes de outros partidos à esquerda e à direita para negociar alterações nos projetos da nova Constituição, expressando a divisão ideológica existente na legenda. O Governo contribui para esse fracionamento, através do seu líder na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, cuja liderança só é reconhecida por uma ala do PMDB e cujas posições em geral se chocam com as dos outros líderes.

O líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, admite as dificuldades de liderar uma bancada tão heterogênea, onde pontificam três grandes grupos: Centro-Democrático, do Consenso e dos 32.

ra moralmente" os constituintes do PMDB.

Quanto às teses não-programáticas da Constituinte, o senador paulista acha que os parlamentares não devem adotar posições partidárias. "Não há como obrigar alguém a votar em um determinado período de mandato para o presidente da República se a própria convenção deixou o assunto em aberto. Da mesma forma que o sistema de Governo, que será definido de acordo com a consciência de cada um".

Aparentemente, e só aparentemente, Covas não está preocupado com a acusação de que estaria se isolando junto ao segmento de esquerda do partido. Provocado a respeito, a sua reação é lembrar a reunião que manteve no dia seguinte à convenção com o MUP, quando teria evitado o desligamento imediato desta facção do PMDB.

Outra manifestação neste sentido é a disposição de negociar, "sempre que for preciso", até com partidos de direita. Esta negociação, entretanto, só começaria na segunda fase de votação do projeto constitucional, quando as tentativas de unidade do PMDB — ele acredita que será possível levar o partido unido em 90% das votações — estiverem completamente esgotadas.

Ao lado desta atuação de líder, Covas ainda tentará marcar sua posição pessoal na Constituinte, o que não considera incompatível com o cargo. Em nome do partido, vai apresentar uma série de emendas de conteúdo programático ao substitutivo Bernardo Cabral. Em nome próprio, sua primeira iniciativa será propor nova emenda reduzindo para 4 anos o mandato do presidente Sarney.



Luiz Henrique, Carlos Sant'Anna e Fernando Henrique disputam espaço com os "donos" dos blocos

Moderados e direita, grupos à parte

RITA MARIA PEREIRA
Da Editoria de Política

Os moderados não se cansam de dizer que são maioria na Constituinte. O deputado Roberto Cardoso Alves, que articula o bloco de centro, anuncia que depois de conhecido o substitutivo do relator, a tendência é crescer o número de adesões ao movimento de sua inspiração. Mas, de concreto mesmo, só se conhece o número de constituintes que formam no Centro Democrático ou com ele têm afinidades. São os 117 apurados pelo deputado Basílio Vallani. O outro grupo envolve gente de todos os partidos e a previsão seria de passar dos 300 integrantes.

A mobilização dos moderados ou centristas passa por diferentes fases, conciliando períodos de evidência com recolhimento. Só na semana atrasada, por exemplo, os inspiradores do Centro Democrático decidiram oficializar o grupo, numa reunião pública, à qual compareceram 40 constituintes. A partir daí, não conseguiram mais criar o Conselho Consultivo que teria a atribuição de

eleger o presidente e os coordenadores nacionais do grupo. Já o bloco, que foi notícia durante bom período de tempo, de repente esfriou e não falou mais em assinaturas.

Todavia, segundo o deputado Roberto Cardoso Alves, "esse pessoal dará contas de sua força" já na comissão de sistematização, quando entrar em votação o substitutivo e as emendas ao projeto do relator. Ele acha que são entre 48 e 50 constituintes no meio dos 94 que formam o plenário da Comissão, número que varia em função do assunto. Já o deputado Ricardo Izar (PFL) está certo que são 50 a 52.

De qualquer forma, uma das duas aritméticas serviria aos interesses do grupo para aprovar suas teses na Sistematização, pois a maioria corresponde a 47 votos. Izar está certo de que não existe possibilidade de negociar os pontos polêmicos e terão que decidir tudo no voto em plenário, tese também abraçada por Cardoso Alves.

O líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna, que concentra neste grupo moderado do PMDB e no blo-

co suprapartidário a esperança de arregimentar forças para alterar o texto da nova Carta, prefere não falar muito em números. Ele apenas assegura que tem maioria e mostrará isso no momento necessário.

Todos os líderes moderados não esquecem de assinalar que a estratégia de ação no plenário depende do curso das negociações e da divulgação do texto definitivo do substitutivo do relator. Mas, de antemão, separaram alguns temas que não incluem entre os possíveis de gerar acordo: mandato presidencial, sistema de governo, reforma agrária e anistia para os militares.

Eles ainda não sabem como agirão com seus companheiros, porque acham até cedo para cuidar disso. Primeiro trabalham em emendas ao texto do relator, pois, assegura o líder Carlos Sant'Anna, o dia D é sete de setembro, quando sai o substitutivo final.

Sant'Anna, por exemplo, acha que não existe qualquer problema para aprovar os cinco anos de mandato presidencial, nem a parte que trata do social e da saúde. Quanto ao siste-

ma de governo, precisa apurar melhor as posições, enquanto ele está certo de que os obstáculos surgem na reforma agrária. Na sua opinião, o substitutivo do relator acabou agravando os desentendimentos em relação aos pontos polêmicos.

Entre os problemas já identificados está a declaração de função social da terra que poderia gerar o maior pandemônio entre os constituintes. E a parte de imissão de posse, porque eles não aceitam a idéia de que a omissão do juiz prejudique a parte. Mas não é só. Os moderados só concluem esta semana o levantamento dos artigos e itens que devem modificar. Na segunda etapa, reforçam a mobilização e depois vão para o plenário com tudo acertado.

Até agora, o líder Carlos Sant'Anna tem assumido a tarefa de dar a senha para os moderados. Ele agiu em todas as situações delicadas na Comissão de Sistematização, em outras oportunidades da Constituinte e também na convenção do PMDB. Com o bloco se delineando, a voz de comando poderá mudar.

Centro-esquerda se divide em blocos

TARCISIO HOLANDA
Repórter Especial

Os grupos dos 32 e do consenso se constituíram a revelia das cúpulas e lideranças partidárias dentro da Assembleia Constituinte com o objetivo de procurar entendimento sobre as questões fundamentais que se achavam em discussão, mas tendo em vista, especialmente, melhorar a qualidade do texto, todos preocupados com a péssima imagem deixada pelo primeiro anteprojeto, anunciado no dia 26 de junho e logo apelidado de "Frankstein", tais as monstruosidades que exibiu.

O Grupo dos 32, idealizado pelo deputado mineiro Israel Pinheiro e que ficou conhecido como grupo José Richa-Virgílio Távora, misturou pessoas representativas da esquerda, da direita e do centro, procurando denominadores comuns em questões tão complexas quanto a reforma agrária e a definição de empresa nacional. Hoje, este grupo se jacta de ter contribuído com 77 por cento para o projeto de Constituição que o deputado Bernardo Cabral acaba de apresentar.

OS GRUPOS

O Grupo dos 32 trabalhou intensamente na formulação de decisões para problemas os mais diversos até que, de seu trabalho, resultou um texto completo de anteprojeto de Constituição do qual o relator-geral da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, aproveitou 77 por cento para seu projeto finalmente apresentado agora.

Os 23 por cento não coincidentes com o nosso projeto provocaram a briga — dizia, orgulhoso, o senador Virgílio Távora, que integrou também o Grupo do Consenso, formado pelo deputado Euclides Scalco com parlamentares constituintes mais à esquerda.

O Grupo dos 32 foi idealizado por Israel Pinheiro depois daquela última e tumultuada sessão da Comissão da Ordem Econômica, realizada no plenário da Câmara e que entrou pela madrugada, sob a presidência do deputado José Lins (PFL-CE), quando a esquerda protestou contra decisões arbitrárias do Presidente, arrancando microfones e jogando cinzeiros sobre outros parlamentares.

De origem peemedebista, Israel Pinheiro verificou que

era necessário formar um grupo composto por políticos de diferentes tendências ideológicas a fim de evitar o confronto e procurar o consenso, partindo para a formulação de textos que estivessem à altura de uma Constituinte. Israel procurou o senador José Richa, que logou apoio à idéia, trazendo inestimável contribuição com sua eficiente estrutura de assessoria.

Juntaram-se os senadores José Richa e Virgílio Távora com os deputados César Maia e Bocaiuva Cunha, do PDT brizolista, Adolfo de Oliveira, o líder do Partido Liberal, Jutahy Magalhães Júnior, coordenador da bancada baiana, do Partido Comunista, o baiano Fernando Santana, entre outros. As reuniões do grupo realizavam-se, como ainda se realizam, na belíssima propriedade dos salesianos, um verdadeiro convento na Ermida Dom Bosco.

GRUPO CONSENSO

O Grupo do Consenso foi idealizado pelos deputados Miro Teixeira (PMDB-RJ) e Jaime Santana (PFL-MA), que procuraram o líder do PMDB na Constituinte para comunicar que parlamentares do PMDB e do PFL idealizaram um grupo para buscar o consenso sobre questões de fundamental importância

para a sociedade brasileira.

Por sua capacidade de organização, foi entregue ao deputado Euclides Scalco a coordenação do grupo, formado a partir da adesão de constituintes que começaram a se reunir no apartamento do deputado Jaime Santana: Miro, Pimenta da Veiga, Paulo Macarini e Euclides Scalco, pelo PMDB, e Jaime Santana, Saulo Queiroz (secretário-geral do PFL), Lúcio Alcântara, José Jorge, Alceir Guerra e o senador Guilherme Palmeira, do PFL, além do deputado Roberto Freire, líder do PCB na Câmara.

O Grupo do Consenso, formado com constituintes mais à esquerda do espectro ideológico, chegou a reunir 115 parlamentares, como diz, hoje, com orgulho, o deputado Euclides Scalco. Esse grupo passou a se reunir no convento dos salesianos com o Grupo Richa-Távora, daí resultando as formulações principais do Projeto Hércules.

Alguns parlamentares pertenciam aos dois grupos. Este era o caso do senador Virgílio Távora que, por ser de origem militar, tem grande capacidade de organização e uma longa experiência política, além de estrutura própria de assessoria.

Graças a Távora, houve o primeiro grande entendi-

mento entre os dois grupos em torno de uma definição considerada satisfatória sobre empresa nacional. Mas não é apenas Virgílio Távora que pertence aos dois grupos. Há outros constituintes transitando do Grupo dos 32 para o Grupo do Consenso, como José Maria Eymael, do PDC paulista, Solon Borges, do PTB de São Paulo, ou Jutahy Magalhães, do PMDB da Bahia.

Existe, ainda, outra tentativa de formar um grupo conservador, de centro, dentro da Comissão de Sistematização para ganhar a maioria dos seus integrantes e garantir, assim, influência nas mais importantes decisões desse colegiado estratégico no trabalho de elaboração da nova Carta Constitucional. E o deputado paulista e empresário Guilherme Afif Domingos quem procura articular essas forças, o que é visto com apreensão pelos moderados que conseguiram evitar conflitos ideológicos com a criação do Grupo dos 32.

O deputado Israel Pinheiro Filho já desaconselhou Afif Domingos, sustentando que a constituição de um grupo ideológico provocaria reações à esquerda e a fatalidade de novos e violentos conflitos de idéias, capazes de repetir o triste espetáculo da última reunião da Comissão da Ordem Econômica, quando microfones eram arrancados, cinzeiros jogados nas pessoas em plenário e palavras trocadas com grande desbarraço.

Os dois grupos buscam uma fórmula consensual que solucione a controvérsia do ponto mais discutido da reforma agrária: a imissão de posse. Como a direita não abre mão do recurso judicial em qualquer ato de desapropriação do Estado (leia-se Incra), imagina-se um processo judicial sumário, de cerca de três meses. Se a desapropriação for considerada justa pela Justiça, o pagamento será em títulos da dívida pública, se injusto, isso obrigará o Governo a pagar em dinheiro. De qualquer forma, a desapropriação seria fato consumado, então.

Faz-se necessário reconhecer que a formação dos dois principais grupos contribuiu para elevar a linguagem, a forma técnica e até as formulações constitucionais que estão sendo objeto de discussão na Assembleia Constituinte.



Távora (PDS) integra dois blocos políticos